

# Comissão rejeita ampliação da anistia a militar cassado

Agência "JB"

Da Sucursal de Brasília

O PMDB pagou ontem o preço da vitória, no dia anterior, dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. De comum acordo com os ministros militares, derrotou na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte quase todas as emendas pela anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados desde 1961. Seus líderes saíram vaiados por marinheiros e ex-oficiais, aos gritos de "traidores" e "covardes".



O senador Mário Covas (PMDB-SP), líder do partido na Constituinte, quase foi agredido na saída, pelo seu voto contra a anistia —ele que foi cassado em 1969. Foi escoltado por jornalistas e políticos até seu gabinete. "Não tenho canhão do meu lado" —disse a um grupo de constituintes o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder no Senado, ao explicar a posição do partido.

O PMDB votou contra seu programa, contra as decisões de sua convenção nacional de julho, contra sua tradição e contra várias declarações do presidente do partido, Ulysses Guimarães, em nome do realismo

político. "Votar neste momento por uma anistia completa é uma irrealdade. Temos que pagar o ônus de que a anistia se faça por etapas e até a conta-gotas" —disse, na tribuna, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), escalado para falar pela liderança.

O rolo compressor do PMDB foi resultado do fracasso das várias tentativas de negociação com os ministros militares. Estes rejeitavam a anistia ampla, o que levou os líderes do partido a apoiar a manutenção do texto do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Este texto já era o resultado de negociações com a cúpula das Forças Armadas.

A emenda pela anistia derrotada ontem foi o resultado da fusão de várias emendas. Uma, do deputado Wilson Souza (PMDB-SC), do Movimento de Unidade Progressista (MUP), a fração esquerdista do partido, concedendo anistia a todos os cassados por motivos políticos desde 15 de dezembro de 1961. Outra, do senador Jamil Haddad (PSB-RJ), assegurando aos anistiados as promoções a que teriam direito se estivessem na ativa e o recebimento dos salários atrasados.

A terceira parte da emenda, a mais polêmica, do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), estendia os benefícios da anistia aos cerca de 1.500

marinheiros, praças e conscritos expulsos ou licenciados "ex-officio" do serviço ativo, em 1964, por razões políticas, mas através de atos administrativos.

A primeira parte da emenda, de Wilson Souza, caiu por 59 contra, 32 a favor e uma abstenção. Ao defender a rejeição da emenda, Egídio Ferreira Lima disse que "não teremos democracia, enquanto não conquistarmos os militares para a democracia".

A reação foi imediata, quando a esquerda percebeu a orientação do PMDB. "Fizeram um acordão com a cúpula militar" —disse o deputado José Genoíno (PT-SP). "A liderança do PMDB reconhece as Forças Armadas como entidade acima e fora da sociedade. Elas tutelaram esta decisão" —disse o deputado Wilson Souza. "Foi a moeda de troca dos quatro anos" —acrescentou.

Na segunda votação, nem o "apelo patético" do senador Jamil Haddad (PSB) mudou o resultado. O destaque caiu por 55 votos, contra 36. Na última votação, o deputado Brandão Monteiro, autor do destaque que beneficiava os marinheiros, leu trechos de uma entrevista de Ulysses Guimarães, na qual o presidente do PMDB dizia que a Constituinte seria o foro adequado para ampliação da anistia. O destaque foi derrotado por 49 votos, contra 42, e uma abstenção.



O senador Mário Covas (sentado, ao centro) é cercado por constituintes no plenário da Sistematização

## Decreto excluiu 1.509 cabos e praças

Da Redação da Folha

A anistia concedida em 1979 durante o governo João Baptista Figueiredo, através da lei n° 6.683 de 28 de agosto, colocava os militares cassados na reserva e recebendo o salário correspondente ao que recebiam na época de sua punição. Em 10 de março de 1985, a emenda n° 26 de 27 de novembro promoveu sargentos e oficiais cassados em 1964, sem reincorporação nas Forças Armadas. Mas assim como a anistia de 1979, a de 1985 excluiu 1.509 cabos e praças de qualquer benefício.

A Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada), que representa catorze entidades e o capitão-de-fragata Paulo Henrique Ferro

Costa, cassado em 64, comandaram a luta pela anistia e defenderam um projeto de Constituição que incluísse a reintegração dos militares cassados à tropa e o pagamento de todos os vencimentos correspondentes às promoções que não tiveram em função das punições. Os ministérios militares alegaram que uma anistia ampla, geral e irrestrita traria problemas de disciplina aos quartéis e que o Tesouro Nacional não teria recursos para conceder as promoções desejadas.

A questão da anistia ficou mais polêmica com a postura do Tribunal Federal de Recursos, que no final de setembro último concedeu anistia integral a ex-militares, forçando os ministérios militares a endurecer sua atitude contra a anistia.